

**FACULDADE DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E TEOLOGIA DO  
NORTE DO BRASIL – FACETEN**

**CURSO DE GRADUAÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO  
EM PEDAGOGIA - LICENCIATURA**

**O USO DO LETRAMENTO CRÍTICO NO PROCESSO DE ENSINO  
E APRENDIZAGEM NO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I**

Lúcia Fátima da Silva Araújo de Carvalho<sup>1</sup>  
Orientador: Edgard Teodoro de Moura Filho<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este artigo denominado “O uso do letramento crítico no Processo de Ensino e Aprendizagem no 2º ano do ensino fundamental I” teve como objetivo principal identificar os conceitos e aspectos que a funcionalidade do uso do letramento crítico tem junto ao ensino e a aprendizagem de habilidades de leitura e de compreensão do contexto no espaço infantil. Tendo como base conceitos e definições de autores que defendem o ensino lúdico, dinâmico e reconstruído, baseado na realidade dos discentes. Trazendo o cotidiano dos mesmos para dentro da sala de aula. A sociedade contemporânea ocidental vem sendo movida pelo interesse, pela instrumentalização do humano, pela negação do ócio e pelo controle mercantil sobre a produção e reprodução de bens materiais. A pesquisa teve abordagem bibliográfica pesquisada em sites, livros e artigos científicos, bem como, outros documentos que defendem o letramento na educação infantil. O objetivo geral é desmistificar e apresentar os conceitos como pode ser visto dentro das instituições de ensino e assistido na educação infantil, apresentar diversos recursos que podem ser explorados pelos docentes de forma levar os discentes a aprender brincando de forma lúdica e dinâmica. publicadas por meios, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Sendo o tema de grande relevância para servir como fonte de pesquisa para futuras pesquisas.

Palavras-chave: Letramento crítico. Estratégia. Ensino e Aprendizagem.

**RESUMEN**

Este artículo titulado "El uso de la alfabetización crítica en la enseñanza-aprendizaje del la enseñasa del 2º ano del fundamental I" tenía como objetivo identificar los conceptos y aspectos que la funcionalidad del uso de la alfabetización crítica tiene en la enseñanza y el aprendizaje de habilidades de lectura y la comprensión del contexto. en el espacio infantil Basado en

---

<sup>1</sup> Acadêmica em Graduação de Complementação em Pedagogia, (Licenciatura), pela Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil – FACETEN, email: lucinha-luciafatima1@hotmail.com

<sup>2</sup> Orientador: Edgard Teodoro de Moura Filho, Pós-Doutorando; Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Evangelica Del Paraguay – UEP com Validação pela UnB e UFRGS; Especialização em Gestão Escolar – IBPEX; Graduação em Engenharia Mecânica pela Fundação Souza Marques/RJ; Licenciatura em Matemática – UFRR; Graduação em Teologia – FACETEN.

conceptos y definiciones que los autores defienden que la enseñanza puede ser lúdica, dinámica y reconstruida en función de la realidad de los estudiantes. Llevando su vida cotidiana al aula. La sociedad occidental contemporánea ha sido impulsada por el interés, por la instrumentalización de lo humano, por la negación del ocio y por el control mercantil sobre la producción y reproducción de bienes materiales. Toda la investigación será de naturaleza bibliográfica, buscada en sitios web, libros y artículos, así como en otros documentos que defiendan la alfabetización en la educación de la primera infancia. El objetivo general es desmitificar y presentar los conceptos como se pueden ver dentro de las instituciones educativas y asistidos en la educación de la primera infancia, para presentar varios recursos que los maestros puedan explorar para que los estudiantes aprendan a jugar de una manera lúdica y dinámica. La investigación será bibliográfica basada en referencias teóricas, publicadas por medios, tales como libros, artículos científicos, páginas de sitios web. Este tema y este artículo son de gran relevancia para que pueda servir a otras fuentes de investigación.

Palabras-clave: Alfabetización crítica. Estrategia. Enseñanza y Aprendizaje.

## **INTRODUÇÃO**

Tratar sobre a educação inicial na leitura e relatar sobre os fatos que envolvem a educação de crianças de forma geral. A expansão da educação infantil no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias.

Por outro lado, a sociedade está mais consciente da importância das experiências na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação institucional para crianças de zero a seis anos.

A conjunção desses fatores surgiu um movimento da sociedade civil e de órgãos governamentais para que o atendimento de 0 a 6 anos fosse reconhecido na Constituição Federal de 1988. A partir de então, a educação infantil em creches e pré-escolas passou a ser, ao menos do ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, destaca também o direito da criança a este atendimento.

O objetivo do artigo é relatar sobre a importância do letramento de forma crítica no ensino e aprendizagem na educação infantil, levantando informações que são imprescindíveis para o crescimento cognitivo, social e físico da criança. Bem como relatar sobre essa importância na educação e

valorizando os espaços e reutilizando recursos para esse processo de aprendizagem no espaço infantil.

A metodologia do trabalho utilizada foi à pesquisa bibliográfica a partir do levantamento de referências teóricas publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Outra abordagem será feita a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental. (FONSECA, 2002, p. 37).

Pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FURASTÉ, 2002, p. 40).

## **O ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A educação, em sua essência, é a formação do homem pela sociedade, na qual todos educam a todos permanentemente. No entanto, o que está para ser desvendado na educação é o caminho da transformação da forma de ver, conceber e entender as mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas, que nos afetam direta e indiretamente. O desafio é encontrar o caminho da reconciliação e da superação das divergências impostas por tais mudanças.

Vygostky (1991, p. 25), fala sobre o papel central do diálogo na aprendizagem e na interação, através do diálogo com adultos ou com amigos, para que os alunos construam conhecimentos que são então internalizados para fazer parte de seu desenvolvimento cognitivo. É necessário, no entanto, garantir-lhes a possibilidade de se envolverem no discurso para que seja possível construir conjuntamente os significados por meio da interação nas aulas.

Para Gee (2014, p. 4), o aprendizado é uma experiência social, mediada pela interação entre linguagem e ação. Para ocorrer aprendizado, a interação social deve ocorrer dentro da zona de

desenvolvimento proximal (ZDP), que seria a distância entre o que o sujeito já sabe, seu conhecimento real e o que o sujeito tem potencial para aprender, seu conhecimento potencial.

O professor deve mediar o aprendizado usando estratégias que levem o aluno a se tornar independente e estimular o conhecimento potencial, de modo a criar uma nova ZDP em todos os momentos. Você deve fazer isso estimulando o trabalho em grupo e usando técnicas para motivar, facilitar o aprendizado e reduzir o sentimento de solidão do aluno, a fim de desenvolver seus conhecimentos em grupos com participação e cooperação ativas de todos os envolvidos.

O desenvolvimento do conhecimento e a obtenção de uma boa base de conhecimentos dos alunos do ensino médio terão um melhor desenvolvimento nas séries seguintes; Portanto, usando a alfabetização crítica para ensinar espanhol como língua estrangeira, pode haver a chave para a solução.

Vygotsky descreve que o professor não pode ser tradicionalista, mas deve ajudar a criança a ser sociável e, assim, ter diferentes estratégias de aprendizagem, além de aumentar a comunicação e a interação social entre alguns, uma vez que a interação entre indivíduos permite a geração de novas experiências e conhecimentos.

Todavia é preciso muita cautela e coragem para atravessar esse novo percurso. É necessário ousar, descobrir e investir nessa educação que por momentos se torna obscura pela nossa miopia e, às vezes, tão clara que a visão se turva a seu verdadeiro sentido.

Estimular as discussões, os debates entre as novas gerações de professores e alunos é necessário e imprescindível, respeitando-se a livre circulação de ideias em um contexto no qual todos, ocupando o mesmo espaço, possam construir saberes pela divergência e pela contradição. Ressalta a autora:

Interessante saber também que a educação não se restringe, hoje, ao saber limitado do professor frente aos seus alunos, aos muros escolares, às quatro paredes da sala de aula, aos quatro cantos da quadra poliesportiva, às raias da pista de corrida ou das piscinas, às linhas demarcatórias do campo de futebol, ao seu próprio tempo neste início de século. Ela se depara frente a frente com a maior das revoluções – a sociedade de informação, que não pode ser negada, pois se constitui em um elemento essencial para a compreensão da nossa modernidade. (GANDINI, 2002, p. 125)

As declarações sobre os objetivos e metas do ensino e aprendizagem de idiomas devem basear-se na avaliação das necessidades dos estudantes e da sociedade, nas tarefas, atividades e processos lingüísticos que os alunos devem realizar para atender a essas necessidades e nas habilidades e estratégias que eles devem desenvolver para alcançá-lo.

Com tal pensamento, apontamos quatro pontos fundamentais que foram intitulados os quatro pilares da educação, segundo Delors, os quais, ao mesmo tempo em que se apresentam separadamente, constituem-se em apenas um, como uma teia, haja vista o seu inter-relacionamento e o seu mútuo comprometimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

Contudo, muitas perspectivas ainda estão em aberto diante das mudanças que hoje enfrentamos no cenário social. Levando em conta estes desafios, repensar sobre as possibilidades do “letramento e alfabetização” no cotidiano podem oferecer novas estratégias e novas possibilidades de interação, assim como otimizar resgates de valores que hoje estão tão deteriorados por conta da vida moderna.

"O ensino pode ser caracterizado como uma atividade que busca promover a aprendizagem e é praticada de uma maneira que respeite a integridade intelectual do aluno e sua capacidade de julgar independentemente" (SCHEFFER, 1973, p. 67).

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB no Brasil registra que a educação abrange os processos formativos que ocorrem na vida familiar, na vida humana, no trabalho, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil e nas manifestações sociais e que a educação de A escola deve estar ligada ao mundo e à prática social, com o objetivo de desenvolvimento pleno do aluno, preparação para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

No mundo moderno globalizado, tornou-se lugar comum falar em ensino básico universal, em elevação da escolaridade e educação de qualidade. Insistem os discursos político-pedagógicos que o trabalhador moderno, versátil e dinâmico deve ser escolarizado, capaz de manipular textos diversos e de resolver problemas.

O analfabeto, sufocado pelas formas e espaços letrados, é menos produtivo e mais dependente. Incluído na cidade das letras – tem de transitar em ruas desenhadas e escrituradas, construir prédios antes projetados em pranchetas e telas, ouvir notícias escritas anunciadas por vozes domesticadas pela norma e pelo exercício disciplinar de um profissional das letras, trabalhar com sistemas monetários – este sujeito continua excluído do mundo da escrita, um mundo que supõe territórios privilegiados, caracterizados por formas de discursos e referências específicas, por expressões próprias de cultura e de valor. (BAKHTIN, 2003, P. 89)

Isso será observado através dos princípios de igualdade de condições de acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e disseminar cultura, pensamento, arte e conhecimento, pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, além de garantir o padrão de qualidade e vínculo entre educação e trabalho e práticas sociais.

Como, então, um aluno pode se desenvolver de maneira completa e independente em um mundo competitivo e globalizado e se sobressair nesse caso se não domina outras ou todas as habilidades comunicativas em uma língua estrangeira? Um aluno que apenas sabe ler bem em uma língua estrangeira e entender sua escrita não estaria "atrasado", cultural, social e economicamente, em relação àqueles que dominam todas as habilidades de comunicação? (FREIRE, 1997, p. 49)

[...] Deveríamos então propor um ensino de línguas que vise levar o aluno a adquirir um nível cada vez mais alto de alfabetização, ou seja, desenvolver nele um conjunto de habilidades e comportamentos de leitura e escrita que lhe permitam fazer o melhor possível. e possível uso mais eficiente das habilidades de leitura e escrita (BAGNO, 2002, p.52).

O ensino deve contar com o que o aluno sabe. Seu conhecimento sistêmico, tipo gramatical, seu conhecimento do mundo, da organização textual. Um dos processos centrais de aprendizagem é baseado no conhecimento do aluno: a projeção de conhecimento que você já possui em novos conhecimentos, na tentativa de aproximar o que aprenderá.

Aprendizagem como construção de conhecimento compartilhado. Assim, é necessário distinguir, por um lado, a natureza das informações sobre a linguagem e, por outro, a relação desse conhecimento com os objetivos pedagógicos projetados para cada caso. (RICHARD, 1986, p. 45)

Primeiro, o professor de espanhol deve focar nas aulas e, em seguida, propor aos alunos o ensino de novos significados, desenvolvendo associações no idioma de destino, e não na língua materna, selecionando cuidadosamente o que é necessário. Você tem que ensinar habilidades de ouvir, escrever e escrever. (SWEET, 1964, p. 26).

Do ponto de vista histórico, as políticas públicas e os programas educacionais voltados para a criança brasileira datam do final do século XIX, com uma educação direcionada para a infância das classes economicamente menos favorecidas, apoiada em concepções de caráter assistencialista e filantrópico.

Nessa perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010, p. 158) surgiram da discussão de novas propostas para a educação das crianças pequenas.

A Resolução 5, de 17 de dezembro de 2009, fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Elas são normas obrigatórias para esse nível de ensino que orientam o planejamento curricular, execução e avaliação de propostas pedagógicas das escolas e dos sistemas de ensino. Para efeito dessas diretrizes, são adotadas as seguintes concepções:

**Educação Infantil** – primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. **Criança** – sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (DCNEI, 2009, p. 78).

Por sua vez, as Diretrizes Curriculares Nacionais são normas obrigatórias para a Educação Básica e têm como objetivo orientar o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino, norteando seus currículos e os conteúdos mínimos. Assim, as diretrizes asseguram a formação básica, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), definindo competências e as diretrizes para a Educação Infantil (DCNEI, 2009, p. 15)

Por tais razões, observa-se que a proposta pedagógica ou projeto político pedagógico é o plano orientador das ações da instituição escolar, que define as metas para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educadas e cuidadas. É elaborado num processo coletivo e democrático com a participação da direção, coordenação, dos professores e da comunidade escolar (DCNEI, 2009, p. 20).

Dessa forma, a criança matriculada na Educação infantil aprende brincando e, por meio da manipulação dos objetos que ela utiliza nas brincadeiras, vai adquirindo, também, a possibilidade de explorar e reinventar o mundo a sua volta, diferente da criança do Ensino Fundamental (KRAMER, 2000, p. 26)

A criança deve ter a oportunidade de brincar de forma lúdica, sempre que possível, pois dessa forma ela vive o momento, o presente e o agora. A atividade lúdica tem um poder muito grande de fascinar aqueles que com ela se envolvem. Sendo desligada de interesses e praticada dentro de limites espaciais e temporais próprios, ela é definida basicamente pela alegria, pelo prazer da vivência, além de provocar evasão da vida real (KRAMER, 2000, p. 79)

As escolas ou instituições de ensino da educação infantil, deve ser sempre pensada no espaço para as crianças, pensando no seu bem estar e seus cuidados cotidianos, bem como adaptá-los para o espaço infantil.

Por fim, pensar no processo de ensino e aprendizagem da educação infantil é cuidar das crianças numa relação bem próxima, demonstrando conforto e segurança, criando momentos de ensino e aprendizagem que possam criar e construir novas aprendizagens.

## **CONCEPÇÕES ACERCA DE LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO**

Nesta seção, conceituaremos o que é alfabetização e faremos a diferenciação do que é a legalização mais tradicional e o conceito de legalização mais atual. A expressão alfabetização deriva da tradução da palavra inglesa alfabetização e estava intimamente relacionada à aquisição de compreensão e produção escrita por adultos, inferindo-se que, conforme traduzido, corresponderia ao português para alfabetização.



A leitura e a escrita estão no dia-a-dia das pessoas. Mesmo quando não percebemos estamos lendo e escrevendo nas menores ações que realizamos. Daí a importância de saber ler e escrever para poder participar plenamente da sociedade contemporânea.

No entanto, pesquisadores como Soares (2004, p.7) e Freire (1997, p.72) apresentam seus conceitos sob diferentes perspectivas e definições. Soares define alfabetização como o "processo de aquisição do sistema convencional de escrita alfabética e ortográfica" e alfabetização como o "desenvolvimento de habilidades para usar esse sistema nas atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a linguagem escrita".

Freire (1997, p. 72) apresenta uma perspectiva mais ampla do que a apresentada por Soares (2004, p.7), definindo alfabetização da mesma maneira que define alfabetização nos dias atuais, apresentando palavras não como meras abstrações, mas sim, ter um valor social adquirido em certos contextos e comunidades.

O autor defende que o conhecimento é sempre contextualizado e os atos de aprender a ler e escrever são sempre ensinados como práticas sociais. Para ele, a alfabetização vai além do simples domínio mecânico das técnicas de escrita e leitura.

Para Freire, a alfabetização está relacionada à leitura da palavra, mas também à leitura do mundo. Ou seja, além da decodificação de textos, envolve a compreensão do mundo em dimensões socioculturais que produzem oportunidades e resultados desiguais para diferentes grupos de pessoas.

Na visão de Kleiman (2007, p.7), a facilidade e dificuldade de aprender a ler e escrever textos representativos de certas práticas sociais não dependem apenas da relação letra-som, ou seja, o mesmo é usado pela alfabetização, que o indivíduo dificilmente aprende a ler e escrever. Já as práticas de alfabetização são diferentes, pois, além da leitura e da escrita, são tomados cuidados para que haja o desenvolvimento de uma consciência crítica que permita maior participação social e política.

A evolução do conceito do que seja alfabetizado e a ampliação da demanda social pelo conhecimento e uso da escrita fizeram-se com que se postulasse um outro conceito – o de analfabeto funcional. Aqui se discute se a pessoa consegue identificar os textos vistos no seu cotidiano, identificar as letras e aprender a interpretá-las. (ALMEIDA, 1993, P. 127)

O aspecto mais importante, então, do letramento é a relação entre saber ler (e escrever) e saber fazer. Isto é, o que importa são as ações que a pessoa faz a partir da mobilização e da aplicação dos recursos característicos da cultura escrita, em particular o uso direto da escrita e da leitura, mas também as formas de comportamento e de organização do pensamento e da própria fala que se estabelecem em função da escrita.

Tais “práticas sociais” incluem as formas como se estruturam as atividades do cotidiano, como cozinhar com base em uma receita, instalar aparelhos seguindo as “instruções do fabricante”, locomover-se no espaço urbano (o que implica conhecer itinerários, reconhecer os nomes dos lugares e dos veículos, usar dinheiros ou algum tipo de cartão para pagar o transporte), usar um quadro de horário e controlar o tempo pelo relógio, escrever ou ler recados (bilhetes), acompanhar o noticiário, buscar emprego, participar de cultos religiosos e de outros tipos de reunião, até a produção e a recepção de conhecimentos formais sobre trabalho, vida e mundo. De fato, no espaço urbano moderno (e já em grande parte na vida rural), a escrita está diretamente presente em todos os momentos.

O indivíduo aprende a contextualizar com os gêneros que essas práticas pressupõem: “[...] as letras, sílabas, palavras e frases não são unidades perceptíveis quando o sistema é ensinado a partir de elementos extrovertidos, verbais e não verbais, como aqueles que se destacam nos textos” (KLEIMAN, 2007: p.7).

Os estudos da alfabetização, nos últimos tempos, apresentaram uma nova tradição em relação à natureza da alfabetização e se distanciaram do proposto anteriormente, essa nova forma de alfabetização é considerada uma prática social segundo Ruffalo (1978, p. 15).

Seguindo a análise anteriormente apresentada, podemos identificar quatro fatores determinantes da ampliação dos índices de alfabetismo, portanto, de redução das taxas de analfabetismo no Brasil.

O primeiro desses fatores é o *desenvolvimento econômico*, com ampliação e diversificação da ação do capital e, mais recentemente com a reestruturação do modelo de produção, em que importam mais os processos e a informação que as ações mecânicas e repetitivas. O desenvolvimento econômico ampliou as necessidades de domínio do processo produtivo por parte do trabalhador, o que implica que lhe cabe tomar decisões e operar com protocolos que supõem a capacidade de leitura e de escrita. (BROWN, 2002, P. 47)

O segundo fator foi o intenso processo de urbanização por que passou o mundo todo, inclusive os países periféricos, entre eles o Brasil. A vida na cidade, em função das formas de produção, socialização, circulação e delimitação das ações em tempos e espaços precisos, assim como pela forma de funcionamento da cultura, tem a cultura escrita em sua base. Praticamente toda a vida comum e também a vida privada estão relacionadas a processos característicos da cultura escrita.

O terceiro fator foi o *desenvolvimento da tecnologia*, com a enorme ampliação dos meios de comunicação e de objetos e produtos que foram incorporados tanto ao cotidiano quanto ao processo produtivo. Uma pessoa para poder operar com essa tecnologia precisa dispor de um significativo domínio da leitura e da escrita.

A tecnologia e as mudanças nos padrões de vida implicaram, inclusive, numa gigantesca ampliação da oferta de produtos de escrita, incluindo panfletos de todo tipo (divulgação, instrução, publicitários), revistas para os vários tipos e grupos de pessoas, livros, cadernos, catálogos etc. Ademais todas as relações sociais e comerciais são mediadas por impressos.

Finalmente, o quarto fato, que resulta diretamente dos anteriores, é a *escolarização universal*. Mesmo que com pouca qualidade e com padrões diferenciados em função das disponibilidades econômicas e políticas das diversas classes sociais, a escola tornou-se uma instituição central na inserção dos sujeitos no sistema produtivo e na lógica de funcionamento da sociedade urbano-industrial.

A prática pedagógica do aprendizado da leitura e da escrita por meio da cartilha perdurou durante o longo período que chamamos de ensino tradicional. Esse método, centrado no domínio do código, revelou-se suficiente dadas as condições históricas próprias do aprendizado da leitura, tais como o uso privilegiado da escrita (as cartas, os bilhetes, os registros de compra etc.) dos recursos de comunicação entre interlocutores distantes e em razão da ausência de outros meios técnicos. (CERVETTI, 2001, P. 58)

Porém, antes de retomar a questão do processo de ensino da leitura e da escrita, não podemos deixar de lembrar, ainda que brevemente, a importância da determinação social sobre a educação, ou mais especificamente, sua relação com a produção do alfabetismo ou do analfabetismo.

Assim, é importante destacar a ação recíproca que se estabelece entre educação e as condições de existência da população que são produzidas por

determinada sociedade. Para se desenvolver a educação e, sobretudo, para que o analfabetismo de fato seja erradicado, é imprescindível que se removam as causas objetivas que lhe dão lugar.

Vários exemplos na história demonstram que quando em um país se operam as transformações socioeconômicas que provocam a miséria, o atraso e a submissão da nação, ele próprio encontra os meios que suprimem rapidamente o analfabetismo, porque, sobretudo, compreende a absoluta e inadiável necessidade de alfabetizar e instruir seu povo (EDMUNDO, 2010, P. 89).

Se por um lado, pelo próprio sentido etimológico do termo, pode-se definir alfabetização “como levar à aquisição do alfabeto”, ou seja, “ensinar o domínio do código da língua escrita, ensinar técnica do ler e escrever”, por outro, não se pode deixar de ressaltar a apreensão e compreensão de significados expressos em língua escrita.

Nesse caso, a alfabetização é concebida como processo de compreensão e expressão de significados, com o objetivo de comunicação e interação verbal, de compreensão da realidade. Portanto, código e textualidade compõem os conteúdos da alfabetização.

Outro desafio que os educadores Ferreiro (2000, p. 51) e Herrero (2002, p. 87) propõem para alfabetização escolar é de que não basta que os alunos saibam ler e escrever, mas faz-se necessário o cultivo das atividades de leitura e escrita que respondem às demandas sociais de exercício destas práticas.

A essa ação pedagógica, que se processa de forma complementar e simultânea à alfabetização, embora distintas, chamamos de letramento. Podemos concluir, conceituando, ainda segundo Lankshear (2003, p. 95) que “letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”.

Uma dificuldade que a concepção de letramento apresenta é de como diferenciar um alfabetizado de um letrado. Faz-se necessário retomar o pressuposto já explicitado de que o letramento comporta a dimensão individual do domínio técnico do ler e escrever – desenvolvido no âmbito da alfabetização – e a dimensão cultural, como um conjunto de atividades sociais que envolvem a língua escrita e seu uso segundo o padrão das exigências de determinado contexto social.

Com base nessa concepção, pode-se distinguir o âmbito da aprendizagem da leitura e da escrita que se refere às habilidades de ler e escrever, e o âmbito que inclui a prática dessas habilidades em atividades significativas para a formação cultural, científica e ideológica do aprendiz.

### **O uso do letramento crítico no ensino e aprendizagem na Educação Infantil**

À luz da abordagem sociocultural (LEURQUIN, 2001), pretende-se entender o papel da leitura como meio de ampliar o conhecimento, da construção da identidade e da criticidade do sujeito, vinculada por documentos subsequentes ao LDBEN (BRASIL, 1996). Assim, ao retomar este curso, conclui-se que estes complementarão e esclarecerão algumas orientações teóricas ambíguas, avançando em uma proposta que visa formar indivíduos plurais, críticos e éticos em LE.

É possível comentar aqui, embora brevemente, que entendemos a formação do aluno dentro de uma perspectiva crítica e reflexiva que permite que os alunos participem dos conteúdos que estão sendo ensinados; como HERRERO (2005, P. 93), sobre práticas e metodologias de professores.

Procurando um olhar nessa linha de orientação a partir de uma perspectiva sociocultural da linguagem, pois entendemos que as práticas de leitura e, conseqüentemente, de escrita são construções sociais, as quais cada época e toda circunstância histórica conferem sentidos (BAKHTIN, 2003, p. 15 FERREIRO, 2000, p. 67). O aluno pode "pensar em ler e pensar em pluralidade, heterogeneidade sem perder de vista as particularidades que envolvem o processo de leitura "(LEURQUIN, 2001: 14).

Em outras palavras, assim como a escola deve fornecer o desenvolvimento das habilidades e habilidades necessárias para que o aluno se integre como cidadão da sociedade (globalizado, tecnológico, digital) e agir com uma postura crítica, a universidade, em seus cursos de graduação, Também deve criar condições para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para os professores agirem na sociedade como um indivíduo reflexivo e crítico e educar outros indivíduos.

cartilhas, também com graves consequências para alguns alunos. É o caso absurdo do professor que pretende tirar todos os conhecimentos a partir do aluno e, para tanto, acha que sua tarefa não é a de ensinar, mas, apenas, a de promover situações para o aluno fazer algo. (MANUMENDI, 2003, P. 31)

Tudo o que o aluno faz é valorizado – mesmo que se constate que ele começa a andar em círculos e não consegue ir além do que faz – na esperança de que, um dia, ele descubra a solução de seu problema. Deixar o aluno construir seus conhecimentos é fundamental como atividade própria do aluno. Ensiná-lo, ajudá-lo a progredir é também fundamental como atividade do professor que dá a razão de ser de uma escola. Se for apenas para constatar o que cada um faz na vida, não é preciso escola.

Por fim, A proposta de alfabetização pressupõe o desenvolvimento da prática de leitura como forma de produção de sentido, por meio da interação do leitor ativo com o texto. Ler, portanto, é dialogar com o texto, estabelecendo interlocação significativa, ou seja, não apenas decodificação de letras.

As crianças pequenas, que ainda não sabem ler a língua escrita, mantêm contato com material gráfico presente no ambiente cotidiano onde vivem – pinturas, sinais e propagandas – e se apropriam de seu significado, ainda que de forma limitada. Também manuseiam textos que circulam em seu meio, e são capazes de antecipar o sentido que eles contêm a partir das ilustrações que o acompanham. Dessa forma, embora não realizem plenamente a leitura, estabelecem interação com alguns elementos do texto escrito.

## **Novos Letramentos**

Os novos estudos de alfabetização ou novos estudos de alfabetização correspondem a uma nova tradição em relação à natureza da alfabetização, afastando-se das propostas dominantes que apontam apenas para a aquisição de habilidades, considerando a legalização como prática social (STREET, 2003, p. 62).

Lettering, second Gee (2008, p.2) é uma maneira de nomear trabalhos que partem de várias perspectivas diferentes. Gee acredita na alfabetização de uma perspectiva diferente, de toda a sua gama de contextos cognitivos,

sociais, interacionais, culturais, políticos, institucionais, econômicos, morais e históricos.

Moita (1994, p. 57) apresentam o termo novas letras e o concebem como uma prática social que contempla questões culturais, questões de poder, respostas das referidas ideologias hegemônicas e negociações discursivas.

Com base nessa nova concepção, Takaki (2008, p. 46) entende que a carta não apenas excede a mera atribuição de significado ao texto estudado, mas permite ao leitor participar ativamente do complexo social em que interage. A partir dessa concepção, começa a ser projetada uma nova conceituação para a legalização: a legalização crítica.

Motta (2006, p. 79) afirma, ainda, que a legalização tem uma dimensão individual e social. Na dimensão individual, o resumo é o simples que tem a capacidade de ler e escrever.

Note, mas que o indivíduo que possui essas habilidades não é apenas alfabetizado (no sentido em que reconhece o alfabeto e consegue formar o seu nome), mas também um advogado (no sentido de que ele é capaz de ler textos, mesmo no nível básico e escrever mensagens simples, por exemplo).

Os textos literários, por sua vez, têm papel fundamental na alfabetização, principalmente os poéticos, que, pela sonoridade e a musicalidade do ritmo e da rima, têm finalidade de fruição, facilitando de forma lúdica a compreensão da relação existente entre oralidade e escrita.

Convém ressaltar que o texto literário comporta possibilidades de muitas interpretações de acordo com a sensibilidade, a cultura e a visão de mundo do leitor. Entretanto, o professor deve orientar os alunos quanto aos limites da interpretação, no sentido de proporem ideias pertinentes ao texto do autor. (MOTTA, 1974, P. 98)

Esta característica do texto literário torna muito rica as atividades de interpretação, mas, por outro lado, a avaliação da sua leitura e interpretação não obedece aos mesmos critérios do texto informativo ou científico. A leitura dos textos literários, pela experiência prazerosa que proporciona e pela importância que tem na formação do gosto e da prática de leitura, deve ser constante no trabalho pedagógico.

A prática pedagógica da produção de textos como articuladora do processo de alfabetização tem implicações metodológicas importantes. Por

essa razão seu fundamento necessita ser bem compreendido a fim de que possa ser efetivamente uma proveitosa opção do professor.

Para que os alunos adquiram competência como escritores, isto é, sejam capazes de escrever com qualidade verbal e correção linguística, o ensino da língua escrita tem como eixo central, desde o momento inicial da alfabetização, as atividades com o texto. Desse modo, não se pode deixar para propor as atividades, que desenvolvem a produção do texto escrito, somente quando os alunos já souberem grafar as palavras de forma independente.

Como já vimos, os métodos tradicionais de alfabetização, via de regra, iniciam o ensino e a aprendizagem da língua escrita com um exaustivo trabalho de codificação/decodificação de letras e sílabas, seguindo-se da escrita de algumas palavras isoladas, depois da redação de algumas frases, até, finalmente, chegar à redação de composições muito simples e este- reotipadas, nos moldes dos textos lidos nas próprias cartilhas.

Por fim, essas com- posições nem podem ser denominadas de textos porque não apresentam as características fundamentais da composição textual propriamente dita: unidade temática, coesão, articulação interna, coerência, estrutura textual. Trabalhar de forma lúdica e dinâmica para pode realizar as atividades com mais construções e novos significados.

## **CARTA CRÍTICA**

Pode-se dizer que a alfabetização crítica teve duas influências principais em sua formação, segundo Cervetti, Pardales e Damico (2001, p. 68). A primeira concepção se origina da teoria social crítica e a outra das teorias de Paulo Freire e é definida com base em uma comparação com o conceito de leitura crítica.

A alfabetização crítica é uma prática que alguns autores utilizarão em seu cotidiano, porque o resultado da ação de ensinar a ler e escrever propõe a problematização como forma de refletir sobre os sentidos construídos e (re) conhecer e elaborar as construções discursivas de sim e outros no processo de leitura (EDMUNDO, 2010, p.34-35).

Bakhtin relata que “o uso da linguagem faz na forma de enunciados (...) cada campo de uso da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de



enunciados, denominados como gêneros de discursos” (BAKHTIN, 2003, p.262-3). )

Assim, nas aulas o professor pode trazer materiais que despertam curiosidade e vontade de conhecer novas culturas, novas palavras, novos significados em que está aprendendo, sempre contextualizando situações relacionadas ao cotidiano do aluno.

Os PCNs discutem essa questão, desconstruindo a idéia de que existe um método milagroso. Em vez disso, deve-se enfatizar mais a formação e o pensamento dos professores em termos de uma variedade de opções pedagógicas derivadas de concepções específicas de linguagem e aprendizado de idiomas, bem como considerar práticas de ensino baseadas no conhecimento acumulado na experiência.

O ensino deve abranger todos os lados, buscando incluir na sala de aula o cenário cotidiano: no terminal de ônibus, no anúncio, produtos, serviços e campanhas, no comércio, anunciando ofertas para atrair clientes, tanto em pequenas vendas, quanto nas grandes super, nos serviços públicos, informando ou orientando a comunidade (KLEIMAN, 2007, p. 5).

Além disso, é necessário também problematizar, juntamente com os alunos, questões de relevância social, a fim de reconstruir discursos hegemônicos e globalizados e promover uma postura crítica nele.

Em linha com os documentos oficiais que governam a educação brasileira (como os PCNs), as reflexões apontam para um programa de ensino que promova a construção da cidadania, utilizando práticas de alfabetização que promovam a interação e a ação social no mundo:

A alfabetização crítica busca incentivar o aluno em uma atividade crítica por meio da linguagem, utilizando como estratégia o questionamento das relações de poder, as representações presentes nos discursos e as implicações que isso pode trazer ao indivíduo em sua vida e comunidade. (Motta, 2008, p. 48).

Para o que tudo indica, a possibilidade de usar a alfabetização crítica permitirá o reconhecimento das mais diferentes práticas de leitura e escrita que são construídas socialmente e de maneira contextualizada. Não há mais um ensino com um fim em si mesmo. O ideal é criar condições para a alfabetização, para o intenso e extenso desenvolvimento de habilidades.

É sabido que o ensino de línguas estrangeiras está vinculado ao contexto sociocultural; Com as experiências do mundo, questões relacionadas ao cotidiano e às experiências, é claro, que conhecer um novo idioma, conhecer suas culturas é um ponto muito positivo para eles.

Por essa razão, desde o início do trabalho de alfabetização é proposta a reelaboração de atividades de produção de texto. Assim, não só o professor seleciona textos para o desenvolvimento da prática de leitura, cuja produção é de caráter social, vale dizer, real, como tem a preocupação metodológica de se reportar às condições de uso real da escrita ao propor aos alunos atividades práticas de produção de texto.

É importante salientar que, para se produzir bons escritores na escola, é cabível permitir que as crianças realizem tentativas de escrita que, inicialmente, apresentem muitos erros. A ideia de que elas só deverão escrever textos quando forem capazes de não cometer mais erros traz consequências negativas para o processo de alfabetização:

a) retardar-se-á demasiadamente o exercício da escrita em situações de real exigência, de modo que as crianças provavelmente se desinteressarão pelo seu aprendizado e desconsiderarão a noção dos usos reais da escrita;

b) os alunos tenderão a valorizar mais a forma que o conteúdo dos seus textos, do que resultarão textos estereotipados, cujo conteúdo não é relevante, e textos sem originalidade, com vocabulário pobre, pois tenderão a usar somente as palavras e estruturas frasais que já dominam perfeitamente.

Possivelmente, irão distorcer o conteúdo pensado, pois terão que se limitar às ideias, às palavras e frases das quais conhecem a escrita.

## **CONCLUSÃO**

Essa reflexão toma como marco inicial a organização do trabalho pedagógico proposto por Comenius, que oferece a sistematização da aprendizagem da leitura por meio da cartilha, método que perdurou no longo período de vigência do ensino tradicional.

Na escola atual, as mudanças tecnológicas dos meios e conteúdos da comunicação, produzidas no interior do processo de expansão e globalização das relações sociais capitalistas, exigem a inserção do alfabetizando nas práticas sociais de leitura e escrita, que chamamos de

letramento, ultrapassando a mera aquisição da técnica do ler e escrever.

A concepção de letramento como fundamento do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita, por sua vez, demanda a adoção tanto de novos conteúdos como da metodologia de seu ensino.

Sabe-se que não existe um método perfeito. No entanto, quem fará a diferença é o professor. É ele quem vai mudá-lo, adaptá-lo, explorá-lo, para que extrapolem as páginas dos livros, incentivando seus alunos a trazer sua realidade para a sala de aula, adaptar contextos de leitura, exercitar sua capacidade, sua criatividade e sua crítica.

Estamos amplamente satisfeitos com todo o conhecimento adquirido durante esses meses de pesquisa, bem como temos certeza de que nossa busca por conhecimento e perfeccionismo como pessoas e como profissional está apenas começando.

Enfatizamos, no entanto, que este trabalho não contém o estudo sobre o uso da alfabetização crítica no ensino médio, mas pode contribuir para futuras pesquisas sobre o assunto. Deixamos essa pesquisa como uma porta aberta para futuros estudiosos que desejam aprofundar-se nessa área de ensino - aprendizagem usando o uso da alfabetização crítica.

Podemos concluir a reflexão sobre a sistematização do código ressaltando que, tendo em vista o processo pedagógico proposto, não é necessário aguardar que o aluno domine o código para produzir seus textos escritos.

Ao contrário, como vimos no exemplo analisado, é imprescindível que o professor estimule a criança a escrever suas ideias desde o início da alfabetização, pois, nessas tentativas, ela será levada a pensar sobre o código e começará a entender seus princípios.

Além disso, ela contará com a mediação do professor para a apropriação desse conhecimento, pois é importante que o educador se mostre sempre disponível para ajudar e fornecer as respostas, dizendo, por exemplo, como se escreve determinada palavra ou sílaba quando a criança não consegue fazê-lo sozinha.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Filho. (1993, p. 20). **Formação de professores**. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/semanadeletras>>. Acesso em: 20 set. 2014.

- BAGNO Marcos. **Preconceitos linguísticos**. Loyola: São Paulo, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRASIL. Lei nº 9394/96. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília/DF: MEC, 1996. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/arquivos>> Acesso em: 15 set. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/96**. Brasília/DF: Senado da República, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BROWN, J. D. & RODGERS, T. (2002). *Fazendo pesquisa linguística aplicada*. Oxford: Imprensa da Universidade de Oxford.
- CERVETTI, G.; PARDALES, M.J .; DAMICO, J. S. Um conto de diferenças: comparando tradições, perspectivas e objetivos educacionais da leitura crítica e da alfabetização crítica. *ReadingOnline*, v. 4, n. 9, 2001.
- EDMUNDO, Eliana Santiago, (2010, p.34-35) ou professora de inglês na escola pública sob a perspectiva da literatura crítica. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação de cartas: Estudos Linguísticos, 2010.
- FERREIRO, Emília. *Reflexões sobre Alfabetização*. São Paulo: Cortez, 2000. P.104.
- FREIRE, Paulo. *Currículo e Prática Pedagógica em Educação* (1997, p. 72). Disponível em <[www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/esc10/10-obras.pdf](http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/esc10/10-obras.pdf)> Acesso em: 21 de setembro de 2014.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- FURASTÉ, Pedro A. **Normas técnicas para o trabalho científico. Explicação das normas da ABNT**. 11ª ed. Porto Alegre: S. N, 2002.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GEE, J.P. (2008, p.2) *Linguística social e alfabetização: Ideologia em discursos*. 3. Ed. London. Acesso em 30 de novembro de 2014.
- GANDINI, Lella; EDWARDS, Carolyn (orgs.) **Bambini: a abordagem italiana à educação infantil**. Tradução: Daniel Etcheverry Burguño - Porto Alegre: Artmed, 2002.

HERRERO A. A. MARIA. **Para o cenário físico e informações compartilhadas. Estes são formados pelo conhecimento mútuo de suas vidas, premissas culturais, atitudes sociais, grupo ao qual pertencem etc.**

ASELE Processo XIII (2002).

<[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_01\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf)>

Acesso em: 11/12/14 às 9:42.

HERRERO, M<sup>a</sup> ANTONIETA A. **O espanhol e o compor... Centro Virtual de Cevantes.** HANKAMER, Jorge. **Quando o movimento deve ser bloqueado: Resposta a Embick e Noyer, Linguistic Inquiry, (2005) 36: 1, 85-125.**

KLEIMAN Angela B. Linguagem e Lettering em foco. Preciso escrever ou carta? (2007) <[www.iel.unicamp.br/cefiel/imagens/cusos/10pdf](http://www.iel.unicamp.br/cefiel/imagens/cusos/10pdf)> Acesso em 18 de agosto de 2014.

KRAMER, Sonia. **Políticas de Educação para crianças de 0 a 6 anos no Brasil: o desafio de construção da cidadania.** In: KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LANKSHEAR, C e KNOBEL, M (2003) *Novas cartas. Movendo conhecimento e prática na sala de aula.* Buckingham, Reino Unido Open University Press.

LEURQUIN, E. V. L. *Contrato de Comunicação e Conceitos de Leitura na Prática Pedagógica da Língua Portuguesa.* Tese (Doutorado em Educação). Natal: PPGED-UFRN, 2001;

MANUMENDI, W. C. / tag / letter / *Alfabetização crítica ou escola de idiomas: laensenanzadelespanol.blogspot.com.br* <[www.verzeri.org.br/artigos/003.pdf](http://www.verzeri.org.br/artigos/003.pdf)>.

MOITA L. L. P. (1994) *Pesquisa interpretativa em Linguística Aplicada: uma linguagem como condição e solução.* D.E.L.T.A., 10 (2): 329-338.

MOTTA, Roth. *Documentação de estudos em linguística teórica.* (2008, p. 354). Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttpid=so102](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttpid=so102) Acesso em: 24 de setembro de 2014. 43

MOTTA, Aracelle Palma Fávero. *Ou um idioma crítico para não ensinar / aprender em uma perspectiva de ensino.* Belo Horizonte: Autêntica, 1974

RICHARDS, Jack C. & RODGERS, Henry Sweet (1845-1912), Theodore S. *Abordagens e métodos no ensino de línguas.* 2<sup>a</sup> edição. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

RUA, C. Ana Paula. *Ou use a leitura nas salas de aula de espanhol como língua estrangeira.* Belo Horizonte: Autêntica, 1978.

SILVA, Cláudia Helena D. *Uma proposta de alfabetização para o ensino da língua estrangeira na escola pública.* Dicertación do mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2008.

SOARES, Magda, A Carta de uma Perspectiva. (2004, p.7). Disponível em <[www.scielo.br/scielo.phs?script=5ci\\_\\_arttext...24782004000100002](http://www.scielo.br/scielo.phs?script=5ci__arttext...24782004000100002)> Acesso em: 18 de agosto de 2014.

SOARES, M. Carta: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOTO Arely Ivonne López. O ensino de expressões idiomáticas. Disponível em: <<http://www.delinguis.unam.mx/ArtVol03.htm>> Acesso em: 12/11/14 às 15:03

SCHEFFER, Israel. Razão e ensino, (1973 p. 67.). O conselho de ensino. Disponível em: <[www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/cadernos/ensinar/passmore.pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/cadernos/ensinar/passmore.pdf)> Acesso em: 19 de setembro de 2014.

SPRADLEY, James P. (1980) Observação do participante. Nova York: Holt, Rinehart & Winston.

STREET, Brian V. (2003). "O que é" novo "em novos estudos sobre alfabetização aborda críticas à alfabetização na teoria e na prática?" Questões atuais em educação comparada.

SWEET, H., (1964): O Estudo Prático de Idiomas: Um guia para professores e alunos, Oxford Univ.Press, Oxford.

TAKAKI, N.H (2008, p. 46) Documento da sociedade digital: navegue ou não seja preciso. São Paulo: USP. Tese de doutorado.

VYGOTSKY, Lev. A escola e a educação de Vygotsky. (1896-1934 e 1991, p. 4). Disponível na Escola Universitária. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/pusp/v17n2/a04.pdf](http://www.scielo.br/pdf/pusp/v17n2/a04.pdf)> Acesso em: 22 de setembro de 2014. <http://site.ufvjm.edu.br/cafeliterario/>

ZARATE, G. (1986): representações do metrô e da língua didática. Paris, Didier. ENS da Saint-Cloud. <http://translate.google.com/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=https://www.um.es/tonosdigital/znum16/secciones/estudios--10-Ensenanza.htm&prev=search> 44